

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

Beatriz Machado Santos Rohde
Larissa Luiza dos Santos Silva

Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade

Florianópolis
2025

Beatriz Machado Santos Rohde
Larissa Luiza dos Santos Silva

Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade

Relatório técnico do Trabalho de Conclusão do
Curso de Graduação em Jornalismo do Centro de
Comunicação e Expressão da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.
Disciplina JOR 6803 - Trabalho de Conclusão de Curso,
professora Melina de la Barrera Ayres.
Orientadora: Profa. Dra. Melina de la Barrera
Ayres.

Florianópolis

2025

Ficha de identificação da obra

Silva, Larissa Luiza dos Santos

Sob tutela : histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade / Larissa Luiza dos Santos Silva, Beatriz Machado Santos Rohde ; orientadora, Melina de la Barrera Ayres, 2025.

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Livro-reportagem. 3. Adoção. 4. Acolhimento institucional. 5. Jovens. I. Rohde, Beatriz Machado Santos. II. Ayres, Melina de la Barrera . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. IV. Título.

Beatriz Machado Santos Rohde
Larissa Luiza dos Santos Silva

Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2025

Profa., Dra. Flávia Garcia Guidotti
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa., Dra. Melina de la Barrera Ayres
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa., Dra. Isabel Colucci Coelho
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa., Dra. Tattiana Gonçalves Teixeira
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicamos este trabalho a Antônio, Nelson,
Ronaldo e Rayza, pela coragem de abrir seus
corações e pela generosidade de compartilhar
histórias que nos transformaram
profundamente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha mãe, Cristiane, que sempre é a primeira pessoa para quem mostro meus textos. Você plantou em nós a semente da leitura e a paixão pelos livros desde cedo. Obrigada por me incentivar a ir além. Eu só acredito em mim porque você acredita. Ao meu pai, André, minha maior inspiração no jornalismo. Ficarei satisfeita se um dia me tornar 1% do profissional que você é. A minha dinda, Clarissa, e ao meu dindo, Carlos Vanderlei, professores que tive o privilégio de ter em casa. A minha prima, Betina, com quem compartilhei as alegrias e dores da vida universitária. Ao meu avô, Airton, que faz questão de corrigir minhas matérias quando saem no jornal impresso (espero não ter esquecido nenhuma vírgula desta vez). Ao meu amigo Cael, com quem dividi inúmeros trabalhos ao longo do curso. À professora Melina, que foi a bússola de todo o processo. E em especial à Lari, a melhor parceira que eu poderia ter nesta jornada. Quando estávamos entrando em desespero no meio da produção, você disse que, se continuássemos amigas até o fim do TCC, seríamos amigas para sempre. Nunca duvidei disso.

Com amor, Bia.

Agradeço aos meus pais pelo amor incondicional e pelo suporte em todos os momentos da minha vida, especialmente na trajetória acadêmica. Sem vocês, nada disso seria possível. Obrigada por sempre apoiarem meus sonhos e acreditarem no meu potencial.

Às minhas irmãs, Letícia e Luany, que sempre estiveram ao meu lado, comemorando cada pequena conquista e me incentivando a seguir em frente.

À minha avó Margarete (in memoriam), a pessoa que mais amo no mundo e a maior fã do jornalismo e dos jornais. Infelizmente, não teve a oportunidade de me ver entrando no curso dos meus sonhos, mas tenho certeza de que me acompanha de alguma forma, cheia de orgulho. Este trabalho também é por ela.

Aos meus dindos Anderson e Michele e aos meus primos Júnior e Júlia, por sempre estarem por perto, me apoiarem em todas as decisões e por me levarem no meu primeiro dia de vestibular. Vocês foram essenciais.

À minha melhor amiga, Manu, e aos seus pais, Fátima e Félix, que sempre me acolheram como parte da família e tornaram essa trajetória mais leve e especial.

Às minhas companheiras fiéis de todas as madrugadas de escrita e diagramação: Maya e Rebeca, minhas cachorrinhas, que estiveram ao meu lado, me dando força nos momentos de cansaço e tornando tudo mais suportável com sua presença.

Aos meus amigos, colegas de profissão e grupo de trabalho, Marina, Lucas e Júlia, obrigada por cada palavra de incentivo, por ouvirem incansavelmente minhas preocupações com o TCC e por me apoiarem em todos os momentos, amo vocês. Ao Cael e à Luiza, que estiveram comigo nessa jornada acadêmica.

À minha orientadora, Melina, por toda a paciência, pelas sugestões valiosas e pelo olhar atento que nos ajudou a moldar este projeto da melhor forma possível. Aos professores da UFSC e ao Departamento de Jornalismo, por proporcionarem um ensino público e de qualidade e por me darem a oportunidade de transformar este sonho em realidade.

A Antônio, Nelson, Ronaldo e Rayza por confiarem em nós para registrar suas histórias. Por compartilharem não apenas lembranças felizes, mas também relatos difíceis que marcaram suas trajetórias. Obrigada por nos permitirem dar voz às suas experiências com respeito e sensibilidade.

Por fim, um dos agradecimentos mais especiais: à minha dupla de TCC e parceira de vida acadêmica, Bia. Muito mais do que uma colega de trabalho, você foi o melhor suporte que eu poderia ter. Juntas, enfrentamos desafios, dividimos preocupações, comemoramos avanços

e construímos não apenas um livro, mas um aprendizado para a vida. Não poderia ter escolhido dupla melhor. Que sorte a minha ter trilhado esse caminho com você.

A todos vocês, meu mais sincero obrigada!

Lari.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”
(Freire, 1987, p. 29).

RESUMO

O Brasil tem 33,4 mil crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, de acordo com o painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) de fevereiro de 2025. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) caracteriza a medida como provisória e excepcional, determinando que a permanência no programa não deve ultrapassar 18 meses. Muitos jovens, no entanto, passam anos nos abrigos e são obrigados a deixá-los ao chegar à maioridade. Em formato de livro-reportagem, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) narra a história de quatro egressos do setor de acolhimento em Santa Catarina. Através de entrevistas com os protagonistas e com especialistas, e a consulta a dados, o texto contextualiza, igualmente, o atual sistema brasileiro de adoção e acolhimento. O objetivo deste trabalho é dar visibilidade a uma parcela da população pouco representada na mídia e retratar o processo de institucionalização e desinstitucionalização.

Palavras-chave: Jornalismo; Acolhimento institucional; Adoção; Jovens; Livro-reportagem.

ABSTRACT

There are 33,400 children and teenagers in institutional care in Brazil, according to the National Adoption and Care System (SNA) in February 2025. The Statute of the Child and Adolescent (ECA) defines this measure as temporary and exceptional, stating that the length of stay in the program should not exceed 18 months. However, many young people spend years in shelters and are forced to leave them upon reaching adulthood. In the form of a report book, this Course Completion Work (TCC) narrates the stories of four former residents of institutional care in Santa Catarina. Through interviews with experts and data analysis, the text also contextualizes the current Brazilian system. This work aims to give visibility to a share of the population that is underrepresented in the media and to portray the process of child institutionalization and deinstitutionalization.

Keywords: Journalism. Institutional care. Adoption. Youth. Report book.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABJ - Associação Brasileira de Jurimetria

AMC - Associação dos Magistrados Catarinenses

CEIJ - Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção

CNA - Cadastro Nacional de Adoção

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

Febem - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

NECA - Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente

NECAD - Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família

SFA - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

SNA - Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TJSC - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UTI - Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTO	15
1.2	JUSTIFICATIVA	20
1.3	OBJETIVOS.....	23
1.3.1	Objetivo geral.....	23
1.3.2	Objetivos específicos	23
2	PROCESSO DE PRODUÇÃO	24
2.1	APURAÇÃO.....	24
2.1.1	Fontes	26
2.2	REDAÇÃO.....	28
2.3	O LIVRO-REPORTAGEM	30
2.4	PROJETO GRÁFICO.....	31
3	RECURSOS	34
4	DIFICULDADES E APRENDIZADOS.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
	ANEXOS... ..	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

No Brasil a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes remonta à colonização, quando a Igreja Católica implantou escolas elementares para crianças indígenas na ação educacional jesuíta (Rizzini; Rizzini, 2004). A primeira legislação a abordar a adoção, no entanto, só chegaria com o Código Civil de 1916, com enfoque em questões patrimoniais e pouca consideração pelo bem-estar do adotado. Na época, a adoção era uma medida para atender a necessidade de adultos maiores de 50 anos que não podiam conceber filhos biológicos (Peixoto; Giacomozzi; Bousfield; Berri; Fiorott, 2019). O texto estabelecia que o vínculo da adoção poderia ser dissolvido “quando o adotado cometer ingratidão contra o adotante” (Art. 374, inc. II).

A primeira lei específica para adoção só viria em 1957, introduzindo um processo formal e reduzindo a idade mínima dos adotantes para 30 anos. Caso os pais por adoção tivessem filhos biológicos, os adotados não tinham direito à herança. Em seguida, o Código de Menores de 1979 criou a categoria “menor em situação irregular”, que justificava a intervenção do Estado e a institucionalização das crianças e adolescentes pobres, vítimas de abandono ou maus-tratos e aqueles em conflito com a lei. Tratados como delinquentes, eram retirados do seio familiar e enviados para internatos, a exemplo da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem).

Após décadas de discussões no país, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mudou a realidade no Brasil em 1990. Os jovens passaram a ser considerados sujeitos de direito, e não mais objetos de intervenção. A adoção e o acolhimento se tornaram medidas excepcionais de proteção, em busca do melhor interesse das crianças e dos adolescentes, priorizando o convívio com a família de origem quando possível.

Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça criou o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), a partir da junção do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). O sistema reúne informações sobre os acolhidos e os pretendentes à adoção, com o objetivo de conferir maior transparência aos dados.

Segundo o painel do SNA, em fevereiro de 2025, há 33,4 mil crianças e adolescentes em 7.721 serviços de acolhimento no Brasil. Destes, somente 4,9 mil estão disponíveis para adoção

e 6 mil já estão em processo de adoção. Os outros 22,5 mil não estão disponíveis, pois a Justiça não determinou a destituição do poder familiar.

O ECA determina que a prioridade é a garantia do convívio familiar e comunitário, seja com os pais ou parentes próximos que possam se ocupar da criança. A transferência para um serviço de acolhimento, portanto, é o último recurso da assistência social. Os motivos da destituição do poder familiar incluem abandono, negligência, violência, abuso sexual e dependência química. É importante frisar que a pobreza não constitui motivo suficiente para a destituição, como era no passado.

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 13)

O acolhimento de crianças e adolescentes integra os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005, que organiza os serviços públicos de assistência social no Brasil. As ações do SUAS são divididas em duas categorias: a Proteção Social Básica é voltada à prevenção de riscos sociais e pessoais, através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios às pessoas em situação de vulnerabilidade social; a Proteção Social Especial se destina a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, dependência química, entre outros.

A jornalista Scheila Cristina Frainer Yoshimura, coordenadora voluntária da Casa de Acolhimento Semente Viva, em Florianópolis, compara o serviço à Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), em entrevista cedida para este trabalho ela afirmou:

No SUS [Sistema Único de Saúde], a UTI é de alta complexidade. Ou seja, até chegar na UTI, esse paciente passou pela enfermaria e não deram jeito, passou pela internação e não deram jeito. No SUAS, nós somos considerados 'alta complexidade', então nós somos a UTI do SUAS. Quando uma criança entra em uma casa de acolhimento, ou ela sobrevive ou a gente pode dar um encaminhamento errado que vai comprometer o resto da vida dela. Por isso é um trabalho de alta complexidade. (Yoshimura, entrevista às autoras, 2024)

O ECA determina ainda que o acolhimento é uma medida provisória e excepcional, cuja duração não deve ultrapassar 18 meses, salvo comprovada necessidade. Observa-se, no entanto,

que muitas crianças e adolescentes permanecem nas instituições ou sob os cuidados de famílias acolhedoras durante anos. Alguns chegam a passar toda sua infância e adolescência nos serviços, devido à impossibilidade de retornar à família de origem ou da dificuldade de encontrar uma família adotiva.

De acordo com Fonseca (2017), o tempo prolongado em instituições de acolhimento pode acarretar consequências significativas no desenvolvimento emocional e social das crianças, afetando a capacidade de estabelecer relações interpessoais e o rendimento escolar. A razão para essa situação não é a falta de pretendentes à adoção. Ao contrário do que se imagina, há muito mais pretendentes do que jovens disponíveis para a adoção. No Brasil, em fevereiro de 2025, 34,2 mil pessoas aguardam na fila do sistema e às vezes passam anos à espera do filho. São 6,9 pretendentes para cada criança ou adolescente.

Segundo dados do SNA em fevereiro de 2025, a maioria, porém, só aceita crianças de até 6 anos de idade. Apenas 6,7% dos adotantes admitiriam uma criança a partir de 8 anos e o índice cai para 2,6% quando se trata de maiores de 10 anos. Além disso, 62,5% adotariam uma única criança e somente 2,5% acima de duas, o que exclui os grupos de irmãos. A realidade dos acolhidos não corresponde às preferências dos adotantes: 62% deles são maiores de 10 anos e 61,5% possuem ao menos um irmão.

Em Santa Catarina não é diferente. Entre os 2.841 pretendentes ativos no SNA em março de 2025, 3,27% adotariam maiores de 8 anos e somente 0,84% maiores de 10 anos. Do total, 56,7% adotariam apenas uma criança e 1,4% acima de duas.

Em alguns casos, quando os adotados não correspondem à expectativa dos adotantes, são devolvidos ao serviço de acolhimento. As devoluções costumam ocorrer no estágio de convivência, período em que os pretendentes assumem a guarda provisória da criança pelo prazo máximo de 90 dias, mas podem surgir após a concretização da adoção, sendo necessária uma nova destituição do poder familiar. Os jovens devolvidos, desse modo, passam novamente por uma ruptura.

As pesquisadoras Juliana Gomes Fiorott, Andréia Isabel Giacomozzi, Andréa Barbará da Silva Bousfield, Ana Maria Justo e Aline Daniela Sauer, na pesquisa *Representações sociais da devolução na adoção: tensionamentos e estratégias possíveis*, publicada em 2021, associam o fenômeno à romantização da adoção por parte dos pretendentes, que por vezes não têm o preparo necessário para a chegada da criança ou do adolescente.

Assim, o contraste entre a criança real e a criança idealizada pelos adotantes aparece como conteúdo comum às entrevistadas, bem como a necessidade das profissionais de proteção ao bem-estar da criança, focando o trabalho com os pretendentes à adoção visando desconstruir esse filho ideal para poder receber o filho real que virá. (Fiorott; Giacomozzi; Bousfield; Justo; Sauer, 2021, p. 73)

Segundo a pesquisa *Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), ao todo 2.198 crianças e adolescentes foram devolvidos entre 2019 e 2023, o que representa cerca de 9% dos adotados no período.

O estudo ressalta que a taxa de devolução é maior entre crianças mais velhas, com destaque para adolescentes de até 15 anos de idade. O uso de medicação, o diagnóstico de deficiência mental ou de qualquer outro problema de saúde tratável também estão associados a índices maiores de devolução.

A pesquisa também constatou graves impactos na saúde mental dos jovens devolvidos, que apresentam sentimentos de culpa, tristeza, baixa autoestima, agressividade, isolamento, dificuldade de vinculação e desenvolvimento de transtornos psicológicos, como depressão, ideações suicidas e transtorno de estresse pós-traumático.

Em Santa Catarina, são 1.620 jovens em 158 instituições de acolhimento e 561 famílias acolhedoras em fevereiro de 2025, segundo o painel do SNA. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) foi incluído no ECA em 2009 como alternativa às instituições de acolhimento, de modo a priorizar a convivência familiar e comunitária dos jovens sob medida de proteção. Essas famílias abrigam temporariamente uma única criança ou adolescente por vez em sua residência, exceto no caso de grupo de irmãos, até que possam retornar ao núcleo familiar de origem ou serem encaminhados à adoção.

Já as instituições de acolhimento são classificadas em duas categorias: a casa-lar é uma unidade residencial para no máximo dez jovens, em que ao menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente, de modo a promover uma rotina familiar e criar vínculos estáveis; e o abrigo institucional, que também deve manter aspecto semelhante ao de uma residência, mas é destinado a um máximo de 20 acolhidos e não conta com educador residente.

O documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em resolução

conjunta, determina ainda a oferta de repúblicas, moradias subsidiadas às quais os jovens entre 18 e 21 anos podem recorrer após se desligarem dos abrigos. O serviço, no entanto, é pouco difundido no Brasil e não há repúblicas em Santa Catarina.

O Movimento Além do Acolhimento foi criado em março de 2024, em Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o seminário “Minha Vida Fora do Acolhimento”, promovido pelo Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária. Jovens egressos de todo o país se juntaram para contestar a escassez de políticas públicas voltadas para o processo de desinstitucionalização no setor. Os abrigos, casas-lares e famílias acolhedoras são restritos a crianças e adolescentes de zero a 18 anos, que ao atingirem a maioridade, precisam deixar o acolhimento e se veem muitas vezes desamparados. Antônio José Santos dos Anjos, de 19 anos, é presidente do movimento e compartilha sua vivência como egresso.

Existem dois piores dias da vida da criança dentro do serviço de acolhimento. O primeiro pior dia é quando entra no serviço. Existe um preconceito social sobre os abrigos, é um ambiente novo, longe daquele núcleo familiar que ela tinha, longe de tudo que ela conhece. O segundo pior dia é quando o jovem faz 18 anos, porque aí precisa sair da casa de acolhimento. (Anjos, entrevista concedida às autoras, 2024)

Santa Catarina, por outro lado, foi berço de uma política inovadora no setor. Criado em 2013 pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), o programa Novos Caminhos aposta na orientação profissional dos adolescentes acolhidos para garantir sua autonomia no processo de desacolhimento institucional.

Com apoio de diversas empresas, órgãos públicos e instituições de ensino, o programa oferece acompanhamento individual dos jovens, que são encaminhados à escolarização, profissionalização e atividades complementares. Segundo o TJSC, o Novos Caminhos já atendeu mais de 4,1 mil acolhidos e o resultado positivo levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a determinar a implementação do programa em todo o Brasil.

A expansão do projeto para outros estados começou em 2023, com uma diretriz da Corregedoria Nacional de Justiça. Inspirado no modelo catarinense, o CNJ publicou em janeiro de 2024 a Resolução n. 543/2024, que institui o Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de

Acolhimento – Programa Novos Caminhos/CNJ, a ser implementado pelos Tribunais de Justiça.

Segundo o CNJ, a nacionalização do programa Novos Caminhos já chegou ao Amazonas, Pará e Tocantins. No Distrito Federal e em outros 11 estados (Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima), as tratativas estão em estágio avançado.

A problemática dos jovens que crescem nos serviços de acolhimento e enfrentam a desinstitucionalização ao atingir a maioridade, dessa forma, se apresenta como uma questão urgente e de interesse nacional. Nota-se que as políticas públicas estão em fase de construção e toda reflexão acerca do tema contribui para o debate. Nesse cenário, **o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a trazer as vivências de egressos do acolhimento, apoiando-se, igualmente, em dados, na percepção de especialistas e profissionais da área.**

1.2 JUSTIFICATIVA

Apesar de não termos ligação pessoal com a temática da adoção, a questão dos jovens que precisam deixar os abrigos ao completar 18 anos sempre provocou curiosidade. Os trâmites do setor de acolhimento são pouco conhecidos do grande público, por isso, nos perguntávamos como os egressos faziam para conquistar sua independência e autonomia fora das casas-lares.

O interesse humano do tema e a falta de representação dos acolhidos na imprensa tradicional evidencia a relevância da pauta. Em geral, a mídia só aborda o setor de adoção e acolhimento para contar histórias de adoções bem-sucedidas, porém, pouco se fala das crianças e adolescentes que ficam nos abrigos.

Essa lacuna no Jornalismo reforça a necessidade de um olhar mais humanizado na produção de notícias. Como apontam Moraes e Ijuim (2023), o Jornalismo é um processo de produção de conhecimento atravessado por escolhas éticas que determinam o que visualizamos como pauta, as fontes que selecionamos e as narrativas que construímos. Para que o Jornalismo cumpra um papel social de maneira mais justa e equitativa, é preciso reconhecer e incorporar as múltiplas dimensões dos direitos humanos, humanizando, assim, não apenas as reportagens, mas aqueles que as produzem (Moraes; Ijuim, 2023).

Os próprios entrevistados para este trabalho testemunharam que a sociedade civil só lembra dos serviços de acolhimento em datas comemorativas, quando fazem doações na época

de Natal, por exemplo. No resto do ano, são esquecidos até mesmo pelo poder público. Um dos entrevistados, Nelson Matheus Hubner Frederico, de 26 anos, disse: “Acho que o principal de tudo é o mau investimento que é feito nesses espaços. Querendo ou não, o setor de acolhimento não dá voto” (Entrevista concedida às autoras, 2024).

A ideia do livro partiu de Larissa, que conhecia a história de Antônio Carlos da Silveira, de 72 anos, porque ele é amigo de sua família. A trajetória dele chamou nossa atenção, especialmente pela riqueza de sete décadas de vida. Decidimos, dessa forma, que Antônio seria a primeira fonte do livro-reportagem e passamos a buscar outras pessoas que cresceram nos serviços de acolhimento.

Os relatos são restritos a Santa Catarina, de acordo com o valor-notícia de proximidade apontado por Nelson Traquina (2005). Entre os quatro protagonistas do livro, três são da Grande Florianópolis e um de Blumenau. Os dados, porém, abrangem não só o estado catarinense como o Brasil inteiro, pois o tema é de relevância nacional.

A maioria dos protagonistas são homens. Esta escolha visa representar o contexto real, visto que os meninos são menos aceitos pelos pretendentes à adoção. Segundo o painel do SNA, em fevereiro de 2025, 68,6% das famílias adotariam crianças de qualquer gênero, 24,1% só aceitariam do gênero feminino e 7,2% somente do gênero masculino. Em Santa Catarina, em março de 2025, 76,4% adotaria qualquer gênero, 18% apenas meninas e 5,6% apenas meninos.

Além disso, as quatro fontes principais são pretas e pardas. Entre os acolhidos de todo o país cuja etnia é informada no painel do SNA (fevereiro de 2025), cerca de 69,2% são negros. Os adotantes, no entanto, são mais propensos a aceitar crianças brancas. Entre os 34,2 mil pretendentes aptos para adoção no Brasil, 32 mil aceitariam crianças brancas, 30,6 mil pardas, 24 mil amarelas, 23,2 mil pretas e 22,7 mil indígenas. Em Santa Catarina, entre os 2.841 pretendentes em março de 2025, 2.788 aceitariam jovens brancos, 2.375 pardos, 1.898 amarelos, 1.697 pretos e 1.685 indígenas. A discrepância entre a realidade do setor de acolhimento e a preferência dos adotantes contribui para que muitas crianças e adolescentes passem anos nos abrigos.

Optamos também por selecionar protagonistas de diferentes idades, para que a experiência de cada um pudesse representar épocas distintas. Antônio e Ronaldo têm 72 e 38 anos respectivamente, portanto, nasceram antes da publicação do ECA, enquanto Nelson, 26 anos, e Rayza, 21 anos, conheceram o acolhimento na vigência do estatuto.

O formato de livro-reportagem foi escolhido com o intuito de explorar o tema com profundidade e abrir espaço para a subjetividade na narrativa. Paula Melani Rocha e Cíntia Xavier consideram o livro-reportagem como uma obra que “trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, descartar certas nuances literárias” (Rocha; Xavier, 2013, p. 144).

Para além dos dados e da análise de especialistas, o trabalho reflete a experiência emocional dos entrevistados e permite a identificação do leitor com as histórias. “Outro procedimento adotado no livro-reportagem é a humanização, ou seja, aproximar dados e informações do leitor, fazendo o movimento de deslocamento de algo universal para o âmbito particular ou pessoal, ou do abstrato para o concreto” (Rocha; Xavier, 2013, p. 150 a 151).

O pesquisador Edvaldo Pereira Lima destaca a universalidade do livro-reportagem, meio jornalístico que tem a capacidade de traduzir diversos aspectos de um único assunto.

[...] o livro-reportagem também complementa o papel da imprensa cotidiana, no que se refere à universalidade. Isso se dá tanto porque o livro amplia o conhecimento sobre um tema já divulgado pela imprensa cotidiana, como também porque penetra, por vezes, em temas pouco explorados pelos periódicos. (Lima, 1993, p. 49)

A ideia desde o princípio era mesclar as histórias de acordo com os pontos em comum dos quatro protagonistas, em vez de produzir perfis separados, de modo a evidenciar as semelhanças e discrepâncias entre cada uma. A sensibilização do público acerca do tema e a difusão de informações de qualidade que retratam o cenário da adoção e acolhimento no Brasil são os principais objetivos deste livro-reportagem. Em termos de Vilas Boas:

Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pela personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor. Acredito que a empatia também facilita o autoconhecimento (de quem escreve e de quem lê). (Vilas Boas, 2003, p. 14)

Nesse sentido, o formato do trabalho possibilita uma abordagem mais aprofundada e plural, característica essencial para tratar de um tema tão complexo. Como destaca o jornalista Leonencio Nossa, citado por Alexandre Zarate Maciel no artigo “*A narrativa ideal seria ir além de uma grande reportagem*”: *conceitos e características do livro-reportagem brasileiro*, o jornalismo atual exige textos profundos, buscando múltiplas vozes para construir uma narrativa que abarque diversas perspectivas. O livro-reportagem, ao permitir um tempo maior

de apuração e a construção de uma polifonia de fontes, se mostra como um formato ideal para essa proposta. (Nossa, 2016, informação verbal, apud Maciel, 2021, p. 81).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo desenvolver um livro-reportagem que narra as histórias de pessoas que cresceram no setor de acolhimento em Santa Catarina até chegar à maioridade.

1.3.2 Objetivos específicos

- a. Retratar as histórias de quatro egressos dos serviços de acolhimento em Santa Catarina;
- b. Dar visibilidade a uma parcela da população pouco representada na mídia convencional;
- c. Reunir informações relevantes acerca do acolhimento no Brasil e dos direitos das crianças e adolescentes;
- d. Apoiar-se em dados atuais do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);
- e. Entrevistas especialistas na área;
- f. Produzir um livro-reportagem de 60 a 80 páginas, dividido em quatro capítulos.

2 PROCESSO DE PRODUÇÃO

2.1 APURAÇÃO

A estruturação do TCC de graduação em Jornalismo da UFSC teve início em março de 2024, na disciplina de Planejamento de TCC (JOR6708), cursada na sétima fase. A disciplina nos permitiu avaliar a viabilidade da ideia proposta para o trabalho e organizar as etapas necessárias para sua realização. O processo de apuração começou no mesmo período, com o mapeamento de fontes e a realização de entrevistas com pessoas que cresceram em lares de acolhimento, além de especialistas em assistência social, direito da infância e adoção.

A decisão de selecionar quatro egressos do setor de acolhimento para conduzir a narrativa do livro visa priorizar suas vozes e garantir seu protagonismo, dando espaço para que se autorrepresentem. O objetivo é oferecer ao leitor uma abordagem humana.

As escolhas de quais serão as fontes estão relacionadas com a forma de abordagem da pauta. Essa escolha exige um método, pois não ocorre de forma aleatória, o jornalista busca as fontes que tem algo para lhe informar sobre o assunto que está apurando. No caso do livro-reportagem a preocupação estará ligada à abordagem. Os tipos de informantes escolhidos pelos jornalistas vão determinar qual é o tipo de abordagem dada ao assunto. (Rocha; Xavier, 2013, p. 149)

A fase de entrevistas começou em 26 de julho de 2024, com a Profa. Andréia Isabel Giacomozzi, do Departamento de Psicologia da UFSC, e terminou em 4 de fevereiro de 2025, com a entrevista de Jandira Tomazia Barcelos, fundadora, ex-diretora e ex-presidente da Casa Lar Pai Herói, localizada no bairro Ipiranga, em São José. Optamos por começar as entrevistas com especialistas para obter mais conhecimento acerca do tema antes de falar com as fontes de experiência. Pedimos conselhos sobre como poderíamos abordar os egressos do acolhimento da maneira mais sensível possível, evitando perguntas indelicadas ou ignorantes. Os especialistas, desse modo, nos forneceram grande suporte durante a apuração.

Logo percebemos, no entanto, que não seria fácil encontrar pessoas dispostas a falar sobre a experiência no abrigo e tivemos que agilizar o contato com as possíveis fontes. O primeiro protagonista a ser entrevistado foi Antônio Carlos da Silveira, de 72 anos, que nos recebeu em sua casa em São José. Ele foi extremamente receptivo e nos mostrou fotos e certidões de sua juventude. Tivemos a oportunidade de conhecer sua esposa e filhos. A conversa durou mais de três horas e saímos emocionadas com o relato.

Em seguida, conseguimos o contato de Nelson Matheus Hubner Frederico, de 26 anos, através do programa Novos Caminhos. Marcamos uma entrevista presencial no Beiramar Shopping por opção dele. Assim como Antônio, a entrevista com Nelson durou mais de três horas e pudemos abordar diversos aspectos da vida dentro e fora dos quatro abrigos pelos quais o jovem passou. Ele já havia dado entrevistas para reportagens do TJSC, por exemplo, mas nos contou detalhes que ainda não tínhamos encontrado na internet e que foram essenciais para a construção da narrativa.

Nossa ideia inicial era selecionar somente pessoas que nunca foram adotadas, mas decidimos que a história de Nelson precisava ser contada, ainda que ele tenha sido adotado aos 17 anos. Concluímos que todos os quatro protagonistas, apesar de suas diferentes trajetórias, passaram pela angústia de ver o aniversário de 18 anos se aproximar com a incerteza de como se manteriam fora dos muros das casas-lares.

Nelson nos passou o telefone de Ronaldo de Oliveira, 39 anos, que havia sido monitor da Casa Lar Pai Herói na época em que ele era acolhido. Ronaldo também chegou a ser adotado durante a infância, mas ele e o irmão decidiram retornar ao abrigo, pois não se sentiram integrados à vida e à rotina da família. Essa decisão nos chamou atenção por reforçar o direito de escolha da criança no processo de adoção. Apesar do nosso desejo de realizar todas as entrevistas de forma presencial para estabelecer uma conexão com as fontes, tivemos que conversar com Ronaldo por chamada de vídeo porque ele mora atualmente em Braço do Norte.

Observamos que o fato de estarmos em dupla tornou as entrevistas mais próximas a uma conversa. As fontes principais se sentiram confortáveis em compartilhar suas histórias e em alguns momentos se emocionaram. Nesses casos, deixávamos o entrevistado respirar e retomávamos o diálogo com perguntas mais leves, retomando os tópicos mais sensíveis em outro momento. Para tornar a conversa mais agradável e demonstrar verdadeiro interesse pelas suas personalidades, perguntamos sobre seus hobbies, comidas prediletas, artistas que mais escutam e cores favoritas.

Após diversas tentativas de contato, ainda não tínhamos uma fonte mulher para compor os quatro protagonistas do livro. Por fim, chegamos a Rayza Fernandes Piccini, de 21 anos, com a ajuda do programa Novos Caminhos. A entrevista precisou ser realizada de forma remota porque a jovem mora em Blumenau. A maioria das conversas com especialistas também se deu pela internet por praticidade. Nos desvencilhamos da necessidade de abordar somente experiências da Grande Florianópolis e abrimos a exceção para acomodar a história de Rayza.

Já na etapa de redação, verificamos que havia a necessidade de entrevistar Jandira Tomazia Barcelos, fundadora e diretora da Casa Lar Pai Herói em São José. Ronaldo havia dito que ela batia nas crianças e queríamos incluir essa questão na narrativa, mas precisávamos do contraponto de Jandira. Só conseguimos contato com ela por telefone em 4 de fevereiro de 2025, sendo essa a última entrevista do TCC. Além dos relatos, foram analisados documentos institucionais, relatórios de órgãos governamentais e pesquisas acadêmicas sobre o sistema de acolhimento no Brasil. “Na construção do livro-reportagem a fase da apuração está presente em todo o processo de produção, até no momento da edição do suporte ela é fundamental” (Rocha; Xavier, 2013, p. 148).

Os principais documentos nos quais o trabalho se baseia são o ECA e as *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, elaborado em 2009 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Os dados disponíveis no painel do SNA também ofereceram um panorama geral do sistema brasileiro. Essa pesquisa foi essencial para contextualizar cada relato em seu devido período histórico e garantir uma visão ampla no processo de redação.

2.1.1 Fontes

Fontes primárias:

Antônio Carlos da Silveira: militar aposentado, natural de Florianópolis, tem 72 anos, casado há 53 anos, tem cinco filhos. Conseguiu uma vaga em um abrigo de menores aos 8 anos e morou lá até os 18.

Nelson Matheus Hubner Frederico: professor de física e matemática, estudante de graduação em engenharia elétrica. Natural de Florianópolis, tem 26 anos e é Jovem Embaixador da Educação em Santa Catarina. Entrou no serviço de acolhimento aos 13 anos, quando ligou para o Conselho Tutelar. Participou do programa Novos Caminhos e foi adotado por um casal homoafetivo pouco antes de completar 18 anos.

Rayza Fernandes Piccini: tem 21 anos, é natural de Blumenau e estudante de moda. Tinha 14 anos quando foi levada pelo Conselho Tutelar a uma casa-lar exclusiva para meninas na cidade de Gaspar. A avó paterna obteve sua guarda aos 17 anos.

Ronaldo de Oliveira: natural de São José, tem 39 anos, é formado em administração e concursado do Banco do Brasil em Braço do Norte. Foi deixado pela mãe em uma casa-lar aos três meses de idade, onde morou até os 19 anos.

Fontes especialistas:

Ana Cristina Borba Alves: juíza da Vara da Infância de São José há mais de 16 anos.

Andréa Costa: conselheira tutelar, assistente social e ex-coordenadora de uma casa-lar em São José.

Andréia Isabel Giacomozzi: professora do Departamento de Psicologia da UFSC e coordenadora do projeto Adoção UFSC.

Antônio José Santos dos Anjos: presidente do movimento Movimento Além do Acolhimento.

Carla Rosane Bressan: professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (NECAD).

Dayse Cesar Franco Bernardi: presidente da Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA) e conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Débora de Carvalho Vigevani: psicóloga e técnica do Instituto Fazendo História, conselheira suplente do CONANDA e membro da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora e do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária.

Fernanda de Paula Colombo: analista administrativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), responsável pelo programa Novos Caminhos.

Jandira Tomazia Barcelos: fundadora, ex-diretora e ex-presidente da Casa Lar Pai Herói, no bairro Ipiranga, em São José.

Natália Pizzetti Cardoso: assistente social e secretária da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA).

Sabrina Cunha: assistente social que trabalha em um abrigo institucional em Florianópolis.

Scheila Cristina Frainer Yoshimura: jornalista, coordenadora voluntária da Casa de Acolhimento Semente Viva, no bairro Ingleses, em Florianópolis.

2.2 REDAÇÃO

No início do processo de redação do livro-reportagem, nos deparamos com um grande volume de informações apuradas e enfrentamos dificuldade para colocar todas as ideias no papel. Tínhamos muitos relatos coletados ao longo das entrevistas, mas ainda não sabíamos como organizá-los de maneira coerente, ainda mais com a nossa vontade de mesclar as histórias em vez de fazer um capítulo separado para cada protagonista.

Para superar esse bloqueio, marcamos uma reunião com nossa orientadora, que nos ajudou a definir um critério mais claro para a distribuição das informações. A partir dessa conversa, começamos a estruturar o que entraria em cada capítulo, garantindo que conversassem entre si e mantivessem uma linha narrativa consistente. Assim, chegamos à estrutura final de quatro capítulos, além da introdução. Quando a escritora e jornalista Daniela Arbex fez uma visita à UFSC, em outubro de 2024, perguntamos como ela lidava com o bloqueio criativo e ela nos explicou sua estratégia de planejar como começariam e terminaram cada um dos capítulos antes de escrever.

Ao visualizar o esqueleto do livro, a escrita começou a fluir. Decidimos abrir a narrativa com o dia em que Nelson acionou o Conselho Tutelar, uma medida drástica que prenderia a atenção do leitor. O primeiro rascunho, no entanto, estava longe do ideal. A Profa. Melina de

la Barrera Ayres chamou atenção para o fato de que estávamos dramatizando demais uma história que já é dramática o suficiente.

Inconscientemente, pensamos que era preciso adornar a narração de adjetivos e advérbios para construir um livro-reportagem, o que não é verdade. Por sugestão da orientadora, focamos na descrição dos fatos, deixando os relatos mais fortes e subjetivos na voz dos entrevistados. A redação seguiu uma metodologia colaborativa. Iniciamos pelos dois primeiros capítulos, cada uma escrevendo um. Depois, trocamos os textos para revisão e complementação. Esse processo foi repetido ao longo de todo o livro, permitindo que ambas participassem ativamente da construção de cada parte da narrativa. O livro foi finalizado com 114.120 caracteres com espaços e 82 páginas.

Utilizamos o travessão como recurso para indicar os diálogos situados no passado, quando os entrevistados lembram de alguma situação, ajudando a reconstruir uma cena, enquanto as aspas são usadas para as citações diretas das fontes. Optamos por não incluir fotografias, pois algumas das fontes principais autorizaram o uso de imagens, enquanto outras não. Para manter a coerência e evitar distinções entre os protagonistas, decidimos não utilizar nenhum registro, de modo a preservar a privacidade das fontes e centrar o trabalho nas narrativas apresentadas. Além disso, os nomes de algumas pessoas mencionadas foram omitidos ou alterados para nomes fictícios com o objetivo de proteger sua privacidade, já que essas pessoas não foram entrevistadas. Foram mantidos apenas aqueles que obtivemos permissão de citar.

A escolha do título também foi um longo processo de reflexão. Era necessário um nome que não reforçasse estereótipos e preconceitos em relação ao acolhimento institucional. Inicialmente, consideramos o nome “Desenraizados”, mas percebemos que refletia nossas próprias noções preestabelecidas e poderia gerar interpretações equivocadas. Depois, cogitamos o nome “Tutelados”, por sugestão da orientadora. Após alguns debates, optamos por “Sob tutela”, em referência aos jovens que vivem sob tutela do Estado, por ser um termo mais conhecido e que representa melhor a essência do livro. A palavra “histórias” no plural enfatiza a individualidade de cada personagem e a diversidade de suas experiências.

Por sugestão da nossa orientadora, convidamos a jornalista Scheila Cristina Frainer Yoshimura a escrever o prefácio do livro. A coordenadora da Casa de Acolhimento Semente Viva, em Florianópolis, já havia esclarecido diversos pontos do SUAS no início da nossa apuração. Como escritora e voluntária no setor de acolhimento, constatamos que seria a pessoa

ideal para apresentar a temática ao leitor. Yoshimura também revisou o texto e fez sugestões que nos ajudaram muito na etapa de redação, assim como os familiares a quem mostramos o livro.

2.3 O LIVRO-REPORTAGEM

O livro-reportagem *Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioria* se destina ao público em geral, incluindo autoridades, gestores públicos e a parcela da sociedade que ignora a realidade do acolhimento institucional, além de pessoas a partir dos 16 anos que vivem ou já viveram em abrigos. Por ser um tema de utilidade pública, a obra busca ampliar o debate e a conscientização sobre os desafios enfrentados por crianças e adolescentes que crescem sob a tutela do Estado. A obra tem 82 páginas e é dividida em cinco partes, sendo uma delas a introdução, que apresenta o contexto histórico do acolhimento institucional no Brasil e dados sobre adoção e acolhimento. Em seguida, cada capítulo aprofunda as histórias de Nelson, Ronaldo, Antônio e Rayza, narrando suas trajetórias desde a chegada nos abrigos até a vida adulta.

O primeiro capítulo intitula-se *O dia em que tudo mudou* e apresenta as histórias de Nelson e Ronaldo, com foco em seus primeiros contatos com o acolhimento institucional. Nelson entrou no abrigo depois de acionar o Conselho Tutelar para escapar da violência doméstica e da influência do tráfico de drogas no bairro onde morava. Já Ronaldo, ao contrário de Nelson, não se lembrava do dia em que entrou na casa-lar, mas guardava uma memória vívida de quando precisou sair. A narrativa explora como a institucionalização moldou suas infâncias e os desafios emocionais que enfrentaram ao crescer longe de suas famílias de origem. Além disso, o capítulo introduz os debates sobre a legislação acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes e como a pobreza e a vulnerabilidade social eram determinantes para que os jovens fossem retirados do seio familiar.

O segundo capítulo, *Vulnerabilidade*, foca nas histórias de Antônio e Rayza, que viveram em períodos diferentes do acolhimento institucional, mas que enfrentaram desafios semelhantes. Antônio foi enviado ao abrigo ainda criança devido à extrema pobreza de sua família. Já Rayza chegou à casa-lar na adolescência, separada dos irmãos. O capítulo também aborda o impacto emocional do afastamento familiar e da falta de políticas públicas eficazes, assim como as mudanças trazidas pelo ECA em 1990.

O terceiro capítulo chama-se *Último ato de amor* e destaca os vínculos dos protagonistas com as famílias de origem e os laços que criaram nas casas-lares. As mães são uma peça essencial da história de cada um, enquanto os pais se fazem pouco presentes na maioria dos casos. O capítulo ainda aborda os desafios em relação à discriminação, seja por racismo, homofobia ou por ser uma criança acolhida. Evidencia-se que o preconceito racial e a falta de suporte para jovens egressos do acolhimento impactam suas oportunidades, acentuando as desigualdades enfrentadas por pessoas negras e LGBTQIA+ dentro e fora das instituições.

O quarto e último capítulo, *Laços para o futuro*, conta a trajetória de Antônio, Nelson, Ronaldo e Rayza após deixarem o abrigo, explorando como suas vidas foram moldadas pelo acolhimento institucional, mas não limitadas. A parte final detalha os marcos nas suas vidas pessoais, profissionais e acadêmicas, com ênfase na maneira como enxergam o passado e o impacto que a experiência na casa-lar teve em suas trajetórias.

Na versão impressa, a capa exhibe a ilustração de quatro adultos dentro de uma casa, olhando para fora através de uma janela. O desenho, criado por Isadora Lizandra Alves, que assina como Dora, representa os quatro protagonistas do livro.

2.4 PROJETO GRÁFICO

Após o término da escrita dos quatro capítulos, introdução, agradecimentos e prefácio, o texto foi diagramado por Larissa, que realizou todo o processo no programa Adobe InDesign versão de 2020.

A diagramação do livro-reportagem seguiu um modelo pensado para garantir uma leitura fluida e uma organização visual equilibrada. O livro foi diagramado no formato A5 (148mm x 210mm), que possibilita melhor aproveitamento do papel e facilita a impressão. A escolha da tipografia se pautou na funcionalidade. A fonte utilizada no corpo do texto foi Palatino Linotype Regular, tamanho 11, com espaçamento de 12,5. Para os títulos dos capítulos, utilizamos Book Antiqua Bold, no tamanho 18, com espaçamento de 21,5. A dedicatória foi escrita em Palatino Linotype Itálico, também no tamanho 11, com espaçamento de 12,5. Já o título do livro na capa foi aplicado em Georgia Bold, no tamanho 54, com espaçamento de 64,8, enquanto o subtítulo foi formatado em Georgia Regular, no tamanho 15, com espaçamento de 17.

Para manter o alinhamento gráfico, utilizamos as seguintes margens:

- Superior: 26mm Inferior: 21mm
- Interna: 14mm Externa: 20mm

Com essas definições, realizamos o cálculo da mancha gráfica para a melhor disposição do texto na página. A área total da página foi determinada pela multiplicação da altura total pela largura total (31080 mm²). Considerando que a mancha gráfica deveria ocupar 60% da área da página, chegamos ao valor de 18648 mm². Com base nisso, a largura da mancha foi calculada como 114mm, enquanto a altura ficou em 163mm. As margens superior e inferior foram distribuídas em 26mm e 21mm, respectivamente.

Além da organização das margens e da tipografia, optamos por um modelo de página onde os títulos dos capítulos ocupassem meia página, sempre posicionados à esquerda, e o corpo do texto iniciasse na outra metade da folha (Figura 1). Essa escolha, inspirada na diagramação de *Tudo é Rio* (2014), da autora Carla Madeira, ajudou a criar um respiro visual entre os capítulos e reforçar a identidade gráfica do livro.

No total, o livro conta com 114.120 caracteres distribuídos em 82 páginas. Após a finalização da diagramação, o material foi enviado para a gráfica Centro Cópias. O conjunto foi revisado e ajustado antes da finalização, garantindo um acabamento gráfico que respeitasse a identidade visual definida para o projeto.

Figura 1 – Projeto gráfico

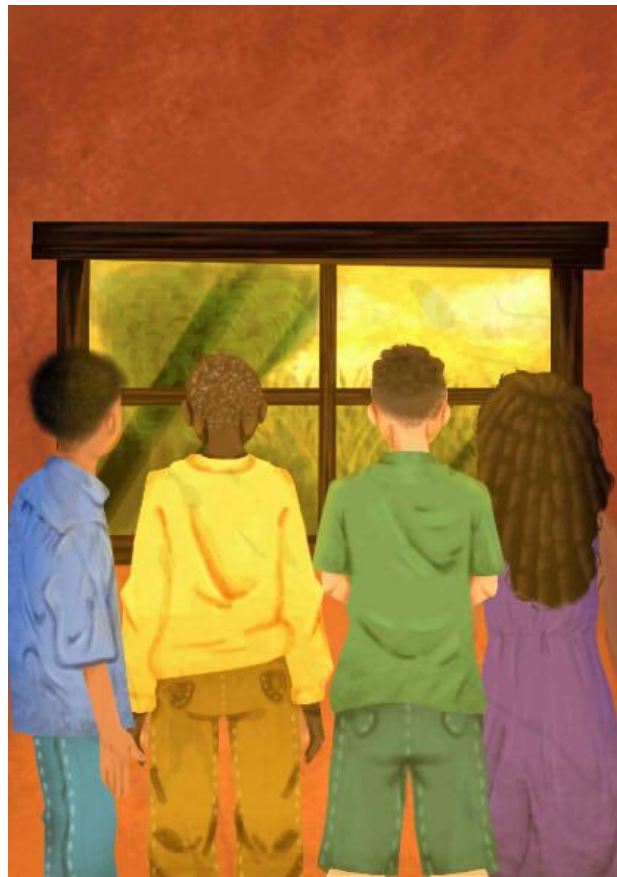


Fonte: Elaborada pelas autoras (2025)

A arte da capa (Figura 2) foi criada pela colega Isadora Lizandra Alves, que assina como Dora. Ela desenvolveu o desenho com base em nossas conversas e referências sobre o livro, sendo contratada por R\$ 170,00. As referências incluíam as capas de *O avesso da pele* (2020) e *De onde eles vêm* (2024), do autor Jeferson Tenório, assim como a capa do livro *Canção para ninar menino grande* (2018), de Conceição Evaristo.

Para preservar a privacidade das fontes, optamos por não utilizar imagens reais e ilustramos os personagens de costas. Durante as entrevistas, perguntamos aos quatro protagonistas quais eram suas cores favoritas e as respostas serviram de inspiração para a paleta de cores de cada um.

Figura 2 – Capa do livro-reportagem



Fonte: Alves, 2025

3 RECURSOS

Durante a produção do trabalho não houve gastos com equipamentos, pois utilizamos os que já tínhamos, como notebook e celular. Quando ao software, o programa Adobe é licenciado pela UFSC e usamos o recurso de transcrição do Google Pinpoint. Os investimentos que tivemos para realizar parte da apuração e entrevistas incluíram a compra de armazenamento no Google Drive. O valor mensal do pacote básico de 100GB é de R\$7,99 por mês. Como contratamos o plano anual, o preço ficou R\$95,88.

Tabela 1 – Recursos

CATEGORIA	ITEM	VALOR	VALOR TOTAL
Transportes	Uber para ir aos locais de entrevista mais distantes	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 25,97 • R\$ 22 • R\$ 14,63 	R\$ 62,60
Armazenamento na nuvem	Duas contratações de 100GB do Google Drive por 12 meses	Básico: R\$ 7,99 por mês, sendo R\$ 95,88 o plano anual	R\$ 191,76
Notebook	Dois computadores da marca Asus 2020	R\$ 3.500	R\$ 7.000
Conserto do notebook	Manutenção por sobrecarga	R\$ 180	R\$ 180
Celular	Dois iPhone 11 128GB	R\$ 3.000 x2	R\$ 6.000
Texto	<ul style="list-style-type: none"> • Prefácio: 2 laudas • Introdução: 2,5 laudas • Capítulo 1: 14 laudas • Capítulo 2: 10,5 laudas 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução: R\$ 1.367,50 • Prefácio: R\$ 1.094,00 • Cap 1: R\$ 7.658,00 • Cap 2: R\$ 5.743,50 • Cap 3: R\$ 5.470,00 	R\$ 26.803,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Capítulo 3: 10 laudas • Capítulo 4: 10 laudas 	<ul style="list-style-type: none"> • Cap 4: R\$ 5.470,00 <p>Valor por lauda (1.400 caracteres): R\$ 547,00 Com base na tabela de freelas do Sindicato de Jornalistas de SC</p>	
Projeto gráfico	Projeto gráfico	Com base na tabela de freelas do Sindicato de Jornalistas de SC R\$ 5.255,28	R\$ 5.255,28
Diagramação	Cerca de 80 páginas de A5	Com base na tabela de freelas do Sindicato de Jornalistas de SC A4, Ofício, tabete - R\$ 116,79 página	R\$ 9.343,20
Assinatura Pacote Adobe	Plano anual pré-pago	R\$ 100 mês, sendo R\$ 1.200 o plano anual pré-pago	R\$ 1.200,00
Impressão do livro	Impressão de 5 exemplares do livro	Valor unitário: R\$ 133,13	R\$ 403,95
Ilustração da capa	Ilustração produzida pela artista Isadora Lizandra Alves	R\$ 170,00	R\$ 170,00
TOTAL			R\$ 56.609,79

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025)

4 DIFICULDADES E APRENDIZADOS

A primeira dificuldade constatada no processo de produção do livro-reportagem foi a de encontrar fontes testemunhais dispostas a contar suas histórias de vida. Logo no início da apuração, percebemos que o desafio seria maior do que antecipamos. Apesar da abundância de especialistas que se prontificaram para conversar conosco, a falta de personagens atrasou a fase das entrevistas e tivemos que pedir menção I em dezembro para concluir a redação do texto.

Uma das profissionais consultadas nos advertiu que poderíamos até conseguir o contato de egressos dos serviços de acolhimento, mas que dificilmente eles contariam o motivo que os levou ao abrigo. Encontramos obstáculos sobretudo em achar uma personagem feminina e Rayza foi uma das últimas pessoas que entrevistamos.

Uma vez que as fontes principais aceitaram dar entrevista, estabelecemos uma conexão espontânea e elas se sentiram confortáveis para compartilhar suas vivências. Deixamos claro que poderiam relatar apenas o que sentissem vontade e aguardamos que elas abordassem os temas sensíveis por iniciativa própria antes de fazer perguntas delicadas.

Um dos maiores desafios do TCC foi justamente o distanciamento da pauta e dos relatos dos personagens. Fomos tocadas pelas histórias e por vezes o vínculo emocional com os entrevistados atrapalhou o rigor jornalístico do processo. Nossa orientadora nos ajudou a retomar o rumo e ter cuidado em não considerar a narrativa deles como uma verdade absoluta.

Não havíamos antecipado a problemática de basear o livro nas memórias das fontes. Como não estávamos presentes durante a infância dos quatro personagens, não tínhamos como comprovar que os fatos aconteceram da maneira que foram narrados. Por essa razão, tomamos a precaução de deixar os relatos mais sensíveis dentro de aspas e esclarecemos a questão aos leitores já na apresentação do livro.

Muitos dos familiares dos personagens já faleceram ou não possuem mais contato com eles, então seria impossível pedir seu contraponto. Decidimos, dessa forma, dar nomes fictícios a algumas pessoas mencionadas, mesmo que não tenham sido acusadas de nada, para respeitar sua privacidade. Os nomes reais que aparecem são aqueles que obtivemos permissão das fontes para citar. Além disso, seis das sete instituições de acolhimento pelas quais passaram foram fechadas e não poderiam se manifestar.

Buscamos o contraponto de Jandira Tomazia Barcelos, diretora e fundadora do Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima, também conhecido como Casa Lar Pai Herói, em São José.

Ronaldo relatou que a diretora batia nos acolhidos para manter a ordem na instituição e não poderíamos incluir a informação no livro sem dar a ela o direito de se pronunciar. A mulher de 84 anos admitiu o fato, mas consideramos pertinente ressaltar que a prática ocorreu antes da promulgação do ECA, quando os direitos das crianças e adolescentes eram pouco difundidos na sociedade brasileira. A casa-lar foi a única que teve o nome mantido no livro, por se tratar de um lugar do qual pudemos conhecer um pouco da história por meio da entrevista com Jandira.

Nesse sentido, um dos maiores aprendizados do TCC foi a importância de contextualizar as famílias e os profissionais do setor de acolhimento. A perspectiva apresentada pela juíza Ana Cristina Borba Alves e pela assistente social Sabrina Cunha nos provocaram a desmistificar a negligência dos pais e responsáveis, sem demonizar suas atitudes, e sim alertar para as condições em que estavam inseridos. A destituição do poder familiar aponta, antes de tudo, o fracasso do poder público na assistência à família.

Outro dilema que enfrentamos diz respeito às histórias de superação retratadas no livro. Nosso objetivo era fugir desse clichê, mas percebemos que os próprios entrevistados narravam suas histórias dessa maneira. Cortamos algumas falas de “lição de moral” que se pautavam na meritocracia, contudo, não nos sentimos no direito de editar suas vivências e conquistas por completo. A prioridade era garantir que as fontes enxergassem no livro um retrato de suas trajetórias. Observamos que os quatro protagonistas aceitaram participar do livro na esperança de servir como um exemplo para os jovens acolhidos e mostrar que eles também podem realizar seus sonhos.

Em suma, aprendemos a fazer concessões e a nos libertar da ideia inicial do projeto. A proposta original era selecionar somente fontes da Grande Florianópolis, o que mudou com a chegada de Rayza. Também planejamos realizar todas as entrevistas de forma presencial, o que logo se mostrou inviável. Ao longo do processo, priorizamos a potência das histórias ao invés de nos prender a esses aspectos que limitavam o trabalho.

Além disso, consideramos que a dificuldade de conciliar o TCC, o trabalho e as demais disciplinas do curso é comum entre os graduandos de Jornalismo. Como novatos no mercado de trabalho, nos sentimos obrigados a fazer horas extras e trabalhar fora do expediente para cumprir metas e garantir nosso emprego. Em dupla, também tivemos problemas para adequar nossos horários, visto que Larissa trabalhava de manhã e Beatriz no período da tarde, sem contar os plantões de fim de semana. Diversas vezes precisamos pedir concessões aos nossos chefes

para que as duas pudessem estar presentes nas entrevistas. Em alguns casos, mudávamos todos os nossos compromissos para falar com uma fonte que sequer aparecia. Por fim, conseguimos adaptar nossas agendas e não tivemos prejuízos nesse quesito, mas foi necessário solicitar a menção I para dar tempo de finalizar o trabalho como gostaríamos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro-reportagem que desenvolvemos como Trabalho de Conclusão de Curso foi fundamental para nossa formação como jornalistas, pois permitiu aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. Contar a história de pessoas que passaram suas vidas em abrigos e casas-lares sob a tutela do Estado nos desafiou a desenvolver habilidades de pesquisa e sensibilidade na abordagem de temas delicados.

A empatia que criamos ao ouvir e reportar essas experiências molda não apenas nossa perspectiva como jornalistas, mas também como indivíduos, refletindo sobre desigualdades, privilégios e injustiças sociais de maneira mais profunda. Esperamos que os quatro protagonistas se sintam representados nas páginas do livro e que outros jovens do setor de acolhimento também se identifiquem.

A visibilidade deste trabalho é essencial para aumentar a conscientização sobre a realidade de pessoas que crescem em abrigos institucionais. Através da divulgação dessas histórias, desejamos de alguma forma contribuir para uma sociedade igualitária e inclusiva.

Para fundamentar nossa escrita, exploramos artigos acadêmicos, dados e reportagens sobre o tema, assim, garantindo uma abordagem aprofundada e digna dessa realidade. Um trabalho jornalístico de qualidade é capaz de mobilizar a sociedade, pressionar o poder público e promover mudanças tangíveis.

Planejamos explorar várias formas de divulgação do material produzido, além do formato de livro-reportagem. Buscaremos futuramente oportunidades de publicação no mercado editorial, em mídias jornalísticas, revistas e plataformas online que promovam debates sobre questões sociais. Acreditamos no potencial deste trabalho em amplificar a visibilidade de uma parcela muitas vezes esquecida da população.

A escolha da pauta está intrinsecamente ligada ao que acreditamos ser o propósito do jornalismo. Buscamos contribuir com a construção de uma produção jornalística mais empática, voltada para a defesa dos direitos humanos e para o debate de problemas sociais. O presente TCC reflete as profissionais que desejamos nos tornar: jornalistas que questionam, escutam, se preocupam e reivindicam mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONANDA/CNAS. **Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. MDS. 2009. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Informatizada%202D%20LEI%20N%C2%BA%203.071,Veja%20tamb%C3%A9m:>. Acesso em: 5 mar; 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA. Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/diagnostico-devolucao-criancas-adolescentes-estagio-convivencia-adotadas.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Programas e ações: Adoção. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FREDERICO, Nelson Matheus Hubner. Entrevista concedida a Beatriz Machado Santos Rohde e Larissa Luiza dos Santos Silva, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FIOROTT, Juliana Gomes; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; BOUSFIELD, Andréa Barbará S.; JUSTO, Ana Maria; SAUER, Aline Daniela. Representações sociais da devolução na adoção: tensionamentos e estratégias possíveis 1. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 26, p. 66-81, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356727168_Representacoes_sociais_da_devolucao_na_adocao_tensionamentos_e_estrategias_possiveis_1 Acesso em: 12 ago. 2024.

FONSECA, Patrícia Nunes da. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso: em 12 ago. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 de jul. 2024.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MACIEL, Alexandre Zarate. “A narrativa ideal seria ir além de uma grande reportagem”: conceitos e características do livro-reportagem brasileiro. **Comunicação & Sociedade**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 73–101, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/cs.v43n1p73-101. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/363>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MORAES, F.; IJUIM, J. K. Repensar a "humanidade": limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.967. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/967>. Acesso em: 5 mar. 2025.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 288. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROCHA, P. M.; XAVIER, C. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. In: **RuMoRes**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 138-157, 2013. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69434. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434>. Acesso em: 14 fev. de 2025.

SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO. Painel de acompanhamento. Disponível em: <https://sna.cnj.jus.br/#/home>. Acesso em: 3 de jul. 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VILLAS BOAS, Sergio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

YOSHIMURA, Scheila Cristina Frainer. Entrevista concedida a Beatriz Machado Santos Rohde e Larissa Luiza dos Santos Silva, 2024.

ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE TCC

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC	
ANO	2024.2	
ALUNO/A	Beatriz Machado Santos Rohde e Larissa Luiza dos Santos Silva	
TÍTULO	Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade	
ORIENTADORA	Profa. Dra. Melina de La Barrera Ayres	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso
	<input type="checkbox"/>	Rádio
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo
	<input type="checkbox"/>	Foto
	<input type="checkbox"/>	Website
	<input type="checkbox"/>	Multimídia
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)

	X	Reportagem livro reportagem (X)	(X) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo; Acolhimento institucional; Adoção; Jovens; Livro-reportagem.		
RESUMO	<p>O Brasil tem 33,4 mil crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, de acordo com o painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) de fevereiro de 2025. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) caracteriza a medida como provisória e excepcional, determinando que a permanência no programa não deve ultrapassar 18 meses. Muitos jovens, no entanto, passam anos nos abrigos e são obrigados a deixá-los ao chegar à maioridade. Em formato de livro-reportagem, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) narra a história de quatro egressos do setor de acolhimento em Santa Catarina. Através de entrevistas com os protagonistas e com especialistas, e a consulta a dados, o texto contextualiza, igualmente, o atual sistema brasileiro a de adoção e acolhimento. O objetivo deste trabalho é dar visibilidade a uma parcela da população pouco representada na mídia e retratar o processo de institucionalização e desinstitucionalização.</p>		

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE

Nós, Beatriz Machado Santos Rohde e Larissa Luiza dos Santos, alunas regularmente matriculadas no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrículas 20101510 e 20101516, declaramos para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Sob tutela: histórias de quem viveu no acolhimento institucional até a maioridade** é de nossa autoria e não contém plágio.

Estamos cientes de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizamos a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2025

Assinaturas